

11/11/2016 às 05h00

OMC deve condenar política industrial do país

Por **Assis Moreira** | De Genebra

O Brasil deverá sofrer hoje o que pode ser uma de suas maiores derrotas comerciais, com uma condenação dada como certa de boa parte da política industrial estabelecida pelo governo Dilma Rousseff.

A previsão é que a Organização Mundial do Comércio (OMC) envie hoje aos beligerantes sua decisão preliminar sobre o processo aberto pela União Europeia (28 países) e Japão contra programas como o Inovar-Auto, programas do Processo Produtivo Brasileiro (PPB) e o Recap, o regime especial de aquisição de bens de capital ara exportadoras. A expectativa generalizada na cena internacional é que os juízes da entidade confirmarão que o Brasil violou regras comerciais internacionais, no que se aparenta à crônica de uma derrota anunciada.

A questão é mais sobre o tamanho do revés. As decisões da OMC sempre têm nuances. E alguns elementos de programas podem ser salvos, se os juízes considerarem que a UE e o Japão não apresentaram provas suficientes de suas alegações contra o Brasil.

Em todo caso, a decisão deverá delimitar a margem para formatação de política industrial. E deverá forçar o governo Temer a reajustar programas como o Inovar-Auto, para o país não sofrer risco de retaliação por parte de parceiros. Mas isso levará tempo, porque Brasília poderá recorrer ao Órgão de Apelação.

A importância do contencioso é simbolizada pela participação como terceira parte de parceiros que estão entre os que mais contam no comércio mundial, como Estados Unidos, China, Índia, Rússia, Austrália, Coreia do Sul, Taiwan, Canadá, Argentina, Colômbia, Cingapura, África do Sul, Turquia e Ucrânia.

A queixa de europeus e japoneses visa três grandes partes da política de desenvolvimento industrial estabelecida no governo Dilma, envolvendo programas acusados de discriminação tributária, subsídios atrelados a conteúdo local e subsídios vinculados à exportação, que discriminariam o produto estrangeiro e atropelariam as regras internacionais.

O primeiro alvo é o Inovar-Auto, com medidas de estímulo ao setor automotivo. O segundo a tem a ver com o PPB e crédito fiscal do IPI (desconto de até 30%) para vários setores, incluindo informática.

Brasil

Últimas Lidas Comentadas Compartilhadas

Vendas no varejo caem 1% em setembro, pior resultado em 14 anos
10/11/2016 às 09h32

IGP-M tem deflação de 0,11% na no início de novembro
10/11/2016 às 08h57

Brasil agirá na medida da ocorrência dos fatos, diz MdC sobre Trump
10/11/2016 às 11h43

Sem recuperação do emprego, comércio vai seguir em retração, diz IBGE
10/11/2016 às 12h58

[Ver todas as notícias](#)

QUANDO O ASSUNTO É MERCADO IMOBILIÁRIO O ZAP TEM VÁRIAS SOLUÇÕES

zap

Vídeos



Experiência digital norteia estratégia das empresas do varejo
24/10/2016



Indicadores Brasil

Variação em %

Indicador	out	set	ago	12 m*
IPCA	0,26	0,08	0,44	7,87
IGP-M	0,16	0,20	0,15	8,78
IGP-10	0,12	0,36	-0,27	9,30
Prod		0,5	0,5	0,0

eletroeletrônicos, TV digital, programa de inclusão digital. O terceiro contesta o Recap e benefícios fiscais a empresas preponderantemente exportadoras. Os europeus procuraram mostrar como funcionam nesse cenário tributos como IPI, PIS-Cofins, Cide e outras taxas.

Segundo fontes de Brasília, o Ministério da Fazenda, sob a chefia de Guido Mantega, e parte do antigo Ministério do Desenvolvimento (Mdic) ignoraram alertas do Itamaraty e atropelaram sem cautela as regras da OMC. O desenho dos programas foi feito de forma escancarada contra as regras, a ponto de ser chamada de "ingênuo", na avaliação mais comedida.

Na sua volumosa queixa submetida à OMC, com quase 3 mil páginas (incluindo os anexos), a UE considerou "surpreendente, quase inacreditável" a maneira como o governo Dilma Rousseff desenhou esses programas para desenvolvimento industrial.

Para Bruxelas, o Brasil somou tudo de "déjà vu"(já visto) na OMC, com uso de taxaço discriminatória contra o produto importado, as exigências de conteúdo local e redução tributária para companhias que alcançam certo volume de exportações.

A UE, que primeiro acionou a OMC contra o Brasil (os japoneses vieram depois), argumentaram que a taxaço indireta imposta pelo Brasil resultaria em efetiva proteção na fronteira de 80% ou mais contra o produto importado, em alguns casos.

A UE e o Japão insistiram na OMC que não questionavam a possibilidade para o Brasil de adotar política industrial visando atrair investimentos e promover seu desenvolvimento econômico. Mas, segundo eles, o Brasil, uma das sete maiores economias do mundo, não podia ignorar as regras internacionais.

O Brasil insistiu na consistência dos programas com as regras da OMC, e que os incentivos do Recap eram fiscalmente neutros. Três grandes escritórios brasileiros de advocacia - Pinheiro Neto, Demarest e Veirano - atuam como Itamaraty na defesa. Apesar dos esforços da defesa brasileira, fontes consultadas pelo **Valor** não veem chance de o Brasil escapar de condenação do Inovar-Auto, sobretudo.

A decisão será enviada somente aos países beligerantes. A OMC só fará anúncio semanas depois. O contencioso poderá ainda demorar um bom tempo, porque o Brasil certamente vai recorrer ao Órgão de Apelação. "O Brasil vai precisar reconhecer que a receita [de Dilma] deu errado", diz uma fonte.

INDU. 0,0 -3,0 -8,0

Industrial**

IBC-BR**

-0,91 -5,60

[Veja as tabelas completas no ValorData](#)

Fontes: IBGE, FGV e BC. Elaboração Valor Data. * Acumulado até o último mês indicado ** Dessazonalizado

Edição Impressa

11-11-2016 🔑



Acesse o índice do jornal impresso e selecione as editorias e matérias que quer ler. Conteúdo exclusivo para assinantes.

Newsletter

O melhor conteúdo em economia, negócios e finanças gratuitamente direto em seu e-mail.

[Receba Gratuitamente](#)

Revistas

Inovação



Conexão total

Compartilhar 1

Tweet

Share

G+1 0

Ω